

O SALÁRIO MÍNIMO FEDERAL E AS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: ESTUDO COMPARATIVO DO PODER DE COMPRA NOS ANOS DE 1995 E 2015

Maikol Nascimento Pinto

Doutorando em Ciências Sociais pela PUC-SP, além de Mestre e Bacharel em Administração pela mesma instituição. Especialista na Área de Ciências Sociais, Negócios e Direito pelo Centro Universitário Senac, onde atualmente é Professor e Coordenador do curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em Gestão Estratégica em Negócios da Moda. Professor de Sociologia, Gestão e Negócios do Centro Paula Souza.

Lucas Almeida dos Santos

Tecnólogo em Gestão Comercial pela Faculdade de Tecnologia de Itaquaquecetuba.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo estudar e demonstrar se houve alterações no poder de compra de famílias brasileiras que viveram com até um salário-mínimo federal, com foco nos anos 1995 e 2015. Além disso, pretende visualizar os gastos médios das famílias brasileiras em cada um desses anos, ou seja, comparar se em 2015 as pessoas compraram mais itens com um salário-mínimo em relação ao ano de 1995 e por fim, verificar se as políticas de aumentos nos salários-mínimos fizeram o poder de compra aumentar nos anos citados. Metodologicamente, a pesquisa tem caráter qualitativo, construído a partir de bibliografias e dados socioeconômicos, coletados em sites de institutos de pesquisas e relatos, os quais corroboraram à pesquisa em relação à destinação dos valores gastos nos períodos citados.

Após analisar os objetivos específicos da pesquisa e realizar as comparações chegou-se aos seguintes resultados: houve alterações no poder de compra das pessoas que viveram com até um salário mínimo entre os anos de 1995 e 2015. Finalmente foi percebido que os aumentos federais colocados na prática contiveram os aumentos dos preços entre esse período e mesmo o salário mínimo de 2015 tendo que dar conta de mais bens de consumo do que o salário mínimo de 1995, ele se sobressaiu. Além disso, a internet, em 2015 já caracterizava, diferente de 1995, novas maneiras de consumir, tanto serviços, a exemplo de conteúdos disponibilizados em plataformas streaming e/ ou produtos comercializados por e-commerce.

Palavras-chave — poder de compra; salário-mínimo; inflação.

Abstract

This article intends to study and demonstrate whether there have been changes in the purchasing power of Brazilian families who lived with up to a federal minimum wage, focusing on the years 1995 and 2015. In addition, it intends to view the average spending of Brazilian families in each one of those years, that is, compare whether in 2015 people bought more items with a minimum wage compared to 1995 and finally, check if the policies of increases in minimum wages made the purchasing power increase in the years mentioned. Methodologically, the research has a qualitative character, built from bibliographies and socioeconomic data, collected on websites of research institutes and reports, which corroborated the research in relation to the destination of the amounts spent in the periods mentioned. After analyzing the specific objectives of the research and making the comparisons, the following results were reached: there were changes in the purchasing power of people who lived with up to a minimum wage between 1995 and 2015. Finally, it was noticed that the federal increases placed in the In practice, restrained price increases between that period and even the 2015 minimum wage having to account for more consumer goods than the 1995 minimum wage, it stood out. In addition, in 2015, differently from 1995, the internet already characterized new ways of consuming both services, such as content made available on streaming platforms or products sold through e-commerce.

Key words: purchasing power; minimum wage; inflation

I. INTRODUÇÃO

Para que seja possível analisar o comportamento de consumo das famílias e indivíduos brasileiros no ano de 1995, é necessário resgatar brevemente momentos específicos do final da década de 1980 e início da década de 1990, pois houve fatos históricos, econômicos, políticos e sociais capazes de impactar a economia e as relações de consumo que culminaram em decisões político-econômicas posteriores, que passaram a vigorar em 1994, cujos efeitos foram mais notórios a partir de 1995; posteriormente serão analisadas as principais medidas tomadas e então serão contextualizados os planos econômicos que colocaram o país fora da inflação.

O primeiro grande passo para a retomada da democracia foi, sem dúvidas, a promulgação da nova Constituição. Mediante sua promulgação, foram restabelecidos os direitos individuais e sociais fundamentais para o pleno funcionamento da democracia. O direito de associação, o direito de greve e todas aquelas liberdades que haviam sido violadas na Constituição de 1967 e pelos atos institucionais. Uma das conquistas mais esperadas e desejadas, porém, foi a determinação da realização de eleição direta para presidente, que ocorreria no ano seguinte [1].

Em 1989 houve uma eleição bastante disputada, com grande apoio popular a qual contou com primeiro e um segundo turnos com as mais diversas figuras públicas daquela época. Porém a disputa foi ainda maior no segundo turno, que trouxe dois candidatos diretamente opostos em ideias e apoios.

A tão sonhada e protelada eleição direta para presidente da República se realizou, enfim, em 1989.

No segundo turno se opuseram dois representantes de setores diametralmente opostos da sociedade: de um lado, Fernando Collor de Mello, representante da elite brasileira, e de outro, Luiz Inácio Lula da Silva, representante do operariado brasileiro, liderança que havia emergido das grandes greves, sobretudo de metalúrgicos, funcionários das grandes montadoras de automóveis do final dos anos 1970. Ainda imatura, a democracia no Brasil deu sinais de sua fragilidade numa eleição contestável, em que Collor venceu apoiado de forma explícita e tendenciosa por elites que demonstravam o medo de ver um operário no poder [1].

Com o estado democrático de direito restituído e com as eleições diretas para a presidência da República, o país entrou numa onda de otimismo, afinal ganharia o candidato mais popular naquela ocasião, o candidato que viria para evidenciar qualquer tipo de falcaturia no governo e colocar o Brasil nos trilhos do crescimento e combater a inflação, conforme veiculavam os noticiários à época, em relação ao próximo presidente.

Após a disputa em segundo turno das eleições presidenciais de 1989, Fernando Collor de Mello saiu como vencedor por uma margem relativamente pequena ao seu opositor Luiz Inácio Lula da Silva, obteve pouco mais de 35 milhões de votos (42,75%) contra cerca de 31 milhões (37,86%) de Lula. A partir de então começaram os desafios do governo Collor, que consistiram em cumprir as promessas feitas em campanha dentre elas - e talvez a maior - controlar a inflação. O desafio de Collor era criar condições de governabilidade sem trair os compromissos de campanha. E numa conjuntura econômica adversa. A inflação anual alcançou, em 1989, 1.782,9% (no ano anterior fora de 1.037,6%). A moeda, o cruzado, não tinha valor. Usava-se o dólar como referência monetária. Os planos de estabilização, Cruzado, Bresser e Verão, tinham fracassado. José Sarney era ridicularizado, tanto que nenhum candidato à Presidência quis ter seu apoio. Acabou sua gestão sem conseguir enfrentar a grave crise econômica [2].

O tradicional e um dos mais importantes boletins diários de economia da época, no dia 17/03/1990, publicou que no dia 16 de março de 1990, um dia após sua posse, o Presidente da República, Fernando Collor de Mello, acompanhado pela Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e o Presidente do Banco Central, Ibrahim Éris, apresentou ao país um novo plano de estabilização, que ficou conhecido como "Plano Collor". O Plano foi constituído por um grande número de medidas provisórias e outros documentos legais [3].

Parte do plano consistia em retirar dinheiro do mercado, ao confiscar as cadernetas de poupança dos cidadãos, um plano totalmente impopular e que se tornava ainda mais impopular, pois os títulos públicos também sofreram alterações, o que serviu como base para o começo da queda de Collor.

Seguindo parte da previsão da época, o Plano Collor não deu certo, pois umas das promessas do Presidente foi de que a classe pobre não seria afetada pelo plano, e que

somente a elite seria atingida pelo mesmo; o que não ocorreu, uma vez que parte da elite era – e ainda é – responsável direta pela geração e manutenção de empregos aos pobres e por pagamentos salariais. A elite entrou em crise e a crise acabou explodindo no colo de todos.

O plano prendeu o dinheiro aplicado nos fundos com títulos públicos e rendimento diário, o chamado overnight, mas também sequestrou o dinheiro da tradicional caderneta de poupança e pegou até o que estava nas contas correntes. Era difícil ficar a salvo daquele arrastão. Das muitas mentiras que o governo disse naqueles dias, uma foi que o plano só atingia a elite e que os pobres não tinham sido afetados. As empresas não puderam produzir, pagar os salários dos seus funcionários, pagar fornecedores. Foram suspendendo pagamentos e demitindo. Isso produziu uma cadeia de infelicidades que atingiu a todos. Só alguém com um conhecimento tosco da economia poderia achar que o acontecimento ficaria restrito a uma classe social, como se houvesse compartimentos estanques na economia [4].

Mesmo com essa série de medidas provisórias e meandros para tentar, de forma ou outra, conter a inflação, o governo não teve sustentação: aos poucos perdeu credibilidade e na tentativa de demonstrar que houve melhora sensível na inflação. Porém, ainda com altos números inflacionários, enfrentou "obstáculos" e até a Constituição foi citada pelo governo como uma das culpadas da crise naquele período.

O ano de 1991 começou com o governo insistindo na tese de que a Constituição era um obstáculo para a boa gestão econômica do país. Uma justificativa frágil, pois o Plano Collor fora aprovado pelo Congresso Nacional, excetuando uma ou outra medida provisória que não chegavam a abalar as colunas mestras do pacote adotado em 16 de março de 1990 [2].

A exemplo do quão polêmica era a medida provisória e o quão determinante ela foi para queda do Presidente Collor, a referida medida provisória deixava liberado para saque o limite de CR\$50.000,00, o restante ficara bloqueado durante um período de 18 meses.

Atualizados, os 50 mil cruzeiros (o limite para saque) correspondem atualmente a cerca de R\$6.500,00. A grande massa de trabalhadores e da população em geral vivia com salário-mínimo, não havia sobras, portanto, não havia poupança. Poupar ou deixar dinheiro na conta corrente ou em aplicação financeira era um luxo no Brasil dos

anos 1980, em um cenário de hiperinflação. As medidas do Plano Collor atingiram diretamente a alta classe média e a burguesia brasileira. Essa elite, sim, teve confiscados seu dinheiro particular e o dinheiro de suas empresas. A partir do início do Plano Collor, os ânimos ficam exaltados no país. A elite, que havia apostado todas as suas fichas no candidato contra a incerteza e o medo da vitória de Lula, tinha agora suas expectativas frustradas [1].

Descontentes com esse cenário começou-se uma manifestação popular para o impeachment de Collor, pressão essa que rendeu o afastamento e posteriormente o impeachment do então presidente.

Posteriormente o impeachment de Collor, o qual não ocorreu “de uma hora para outra”, mas dentre a já citada falta de credibilidade, denúncias de corrupção no governo e as inúmeras tentativas de contenção da inflação, sem que nenhuma delas obtivessem sucesso, desencadeou a deposição do Presidente da República de seu cargo.

Certamente, a rejeição ao Plano Collor é a vertente de toda animosidade e de toda a oposição ao governo. A queda do presidente tornou-se um projeto das elites, e uma palavra nova, que até então era completamente desconhecida dos brasileiros, impeachment, entrou para o vocabulário popular. No início do ano de 1992 surgem primeiras denúncias contra o presidente. Em 1º de junho, é instaurada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito). De junho a setembro, as denúncias contra Collor se avolumam, e os meios de comunicação começam a encorajar e enfatizar as manifestações populares que eclodiam em várias regiões do país. O ideal de arregimentar os jovens, as caras pintadas, era uma base social ao impedimento. EM 1º de setembro de 1992 é protocolado na Câmara dos Deputados o pedido de impeachment. Em 19 de setembro, a Câmara dos Deputados aprova a abertura do processo e encaminha o pedido ao Senado. No dia 1º de outubro, o processo é instaurado no Senado. No dia 2 de outubro, Collor é afastado da Presidência e assume seu vice, Itamar Franco [1].

Na tentativa de evitar a cassação dos seus direitos políticos, Collor renunciou ao seu mandato, porém isso não surtiu efeito, pois mesmo assim ele foi condenado à perda do mandato e dos seus direitos políticos. Só foi considerado inocente dos crimes de peculato, falsidade ideológica e corrupção passiva pelo STF (Supremo Tribunal Federal) apenas 22 anos após sua condenação.

Todos esses crimes, portanto, foram pretextos para o afastamento do presidente. Collor caiu em desgraça no dia em que anunciou um plano econômico que transferia para as elites o ônus das mudanças [1].

Após o impeachment de Fernando Collor de Mello, seu Vice, Itamar Franco, assumiu o cargo em um cenário pouco favorável a ele, pois desde a campanha, Itamar Franco não tinha sido unanimidade nem sequer para o próprio Collor, era pouco conhecido do eleitorado geral e enfrentou muita desconfiança após assumir a presidência.

O ceticismo não era sem propósito, Itamar Franco fora escolhido por acaso para candidato a vice na chapa de Fernando Collor. Agregou poucos votos. Era desconhecido da maioria da população. Sua posse, após a queda de Collor, foi a segunda vez que o país engoliu o indesejado para manter a ordem democrática. Ele tinha estado ao lado de Collor. A população desconfiava, o apoio político era fraco, o mandato, tampão. Tinha limitada capacidade de compreensão de temas econômicos. Cercava-se de um grupo de assessores com limitações ainda mais graves. Fernando Henrique era o seu quarto ministro da Fazenda em sete meses. Um recorde espantoso até para aquele instável cargo do tumultuado país que era o Brasil [4].

Depois de assumir o ministério da Fazenda e de reuniões com sua equipe econômica, chegaram a um acordo para que fosse criado um plano de uma moeda dita como referencial, essa foi a URV (Unidade Real de Valor), que funcionaria como um índice que procurava refletir a variação do poder aquisitivo da moeda vigente, o cruzeiro real, servindo apenas como unidade de conta e referência de valores.

Naquele exato momento do seu aparecimento, a URV valia 647,50 Cruzeiros Reais. Todos os dias a cotação seria diferente e fixada pelo Banco Central. Ocorreria inflação em cruzeiro real, mas a URV teria que permanecer fixa. Não era obrigatório, num primeiro momento, ter os preços afixados em URV, mas quem adotasse teria que incluir também o preço em Cruzeiro Real. Os salários seriam convertidos pela média da inflação dos últimos quatro meses e haveria livre negociação no dissídio coletivo. O salário-mínimo era, naquele 1º de março, 64,79 URVs, o que equivalia a 42.829,00 cruzeiros reais. Dadas todas as explicações, os jornalistas foram para as ruas para ver se o povo havia entendido [4].

Aos poucos o comércio foi aceitando e entendendo a nova maneira referencial de sua moeda, acabou adotando as URVs como sendo realmente uma moeda virtual, ao qual

iam explicando para sua clientela e também efetuando mais vendas, muito por conta desse rápido entendimento do comércio os preços também demonstraram quedas em produtos específicos e altas em produtos básicos nos supermercados.

O coco antes era vendido pelo equivalente a um dólar, passou a uma URV, mas nos grandes supermercados alguns produtos começaram a ter aumentos altos na conversão. Uma boa novidade começou a aparecer. O preço do Big Mac caiu 4,8 ao passar para a URV. o carro Gol caiu 9,4% [4].

Com isso não demorou muito e a moeda referencial já estava sendo usada por todos, pois trazia mais tranquilidade e um maior controle inflacionário, não que a inflação estivesse controlada nesse período, mas dado de seu ponto de partida já pode ser vista uma luz no fim do túnel, a exemplo de que "Vendas a prazo começaram a ser feitas em URVs porque davam mais tranquilidade ao devedor." [4].

Em meados do mês de março de 1994, Fernando Henrique Cardoso sentiu que seria a hora de se arriscar politicamente, afinal sua "criação" estava caindo no gosto popular, ainda não tinha atingido o objetivo, isso é certo, porém estava ali ao menos um vislumbre de um plano futuro.

E foi exatamente nesse momento, no dia 30 de março, quando o embrião da sua criatura tinha um mês, que Fernando Henrique deixou o Ministério da Fazenda para se candidatar à presidência da República. Antes tinha ido ao Congresso apresentar o plano e pedir aprovação da medida provisória [4].

Após a aprovação da medida provisória não demorou muito para que começasse as sondagens em torno da data de circulação da nova moeda, a moeda que deixaria de ser referencial e passaria a ser moeda de fato. Foi então que no dia 09 de maio o presidente Itamar Franco foi à televisão informar que a data para entrada em circulação da nova moeda era 1º de julho.

O anúncio pegou o brasileiro numa época de tristeza. Nas semanas seguintes, no entanto, a expectativa com a nova moeda retornaria. Tudo era minuciosamente explicado pelo governo, pela imprensa e por uma série de comerciais que foram postos no ar. Todos avisavam: no dia 1º de julho de 1994 vai começar uma nova era. O Real seria a oitava moeda brasileira no século XX. Na medida provisória da URV estava dito que o processo de migração para a nova moeda poderia se dar em 360 dias. Foram necessários apenas noventa dias. Antes mesmo, no fim de maio, 92% das indústrias já

a usavam. A moeda virtual tinha se disseminado. O brasileiro estava de armas, bagagens, preços e contratos prontos para sair da moeda virtual e desembarcar na Era Real [4].

Com a popularização e o uso frequente da moeda virtual, estava mais que claro o sucesso da URV, e com isso se esperava cada vez mais quando essa moeda seria de fato a usada nas mãos dos cidadãos brasileiros.

Como dito, no dia 1º de julho de 1994 entrou em vigor a nova moeda, o Real, que veio como grande plano para conter a inflação. Houve uma série de medidas estruturais que ajudaram com o que o Plano Real obtivesse certo sucesso inicial.

O Plano Real, cujas três fases iniciais foram completadas em 1º de julho de 1994 com a reforma monetária que extinguiu o cruzeiro real e transformou a Unidade Real de Valor (URV) no Real, é certamente, entre os 13 planos de estabilização tentados no Brasil desde que se iniciou a presente crise [5].

Esse sucesso inicial pode ser medido já no primeiro ano de Fernando Henrique como presidente da República, uma vez que a inflação apresenta níveis efetivamente altos no início daquele ano e ao final dele já se notava a diferença causada pelo plano.

Quando o senador Fernando Henrique Cardoso tomou posse como presidente da República, em 1º de janeiro de 1995, era incontestável o sucesso do Plano Real [6].

Com a baixa na inflação no primeiro ano de vigor do Real o brasileiro voltou a ter uma moeda mais valorizada, e junto, um poder de compra maior nas mãos, agora as moedas de R\$0,01, R\$0,05 e R\$0,10 faziam total diferença no momento de compra do consumidor.

II. OBJETIVO

O presente artigo tem por objetivo geral estudar e demonstrar se houve alterações no poder de compra de famílias brasileiras que viveram com até um salário-mínimo federal, com foco nos anos 1995 e 2015.

Os objetivos específicos são visualizar os gastos médios das famílias brasileiras em cada um desses anos, ou seja, comparar se em 2015 as pessoas compraram mais itens com um salário-mínimo em relação ao ano de 1995 e verificar se as políticas de

aumentos nos salários-mínimos fizeram o poder de compra aumentar nos anos citados.

III. METODOLOGIA

Metodologicamente, a pesquisa tem caráter qualitativo, construído a partir de referências bibliográficas e dados socioeconômicos, coletados em sites de institutos de pesquisas e relatos históricos devidamente referenciados, os quais corroboraram à pesquisa. Utiliza-se, para isso, da apresentação da evolução da taxa de câmbio do real com o dólar nos anos de 1994 e 1995, como também tabela de inflação mês a mês – e a cada 12 meses – a fim de mostrar que a contenção da inflação teve direta relação com o Plano Real, além de um gráfico de taxa inflacionária de 2006 a 2015, com as devidas análises qualitativas que corroboram para alcançar o objetivo geral e específicos descritos nesse artigo.

IV. O PODER DE COMPRA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS E O SALÁRIO MÍNIMO FEDERAL

Mediante à implementação oficial do Plano Real o brasileiro voltou a ter poder de compra e também a ter uma moeda na qual pudesse ter credibilidade na hora de fazer suas operações cotidianas, mas para seja possível visualizar melhor a questão do poder de compra de um cidadão médio no Brasil daquela época, está abaixo uma tabela que apresenta a evolução da taxa de câmbio do real com o dólar nos anos de 1994 e 1995.

Na Tabela I pode-se notar que o ano de 1994 começou com uma alta taxa de câmbio em relação ao dólar, tal qual uma alta taxa de variação do mesmo câmbio, o que impacta no mês seguinte:

Tabela I. Evolução da taxa de câmbio do real com o dólar (1994)

Período	Taxa de Câmbio	Varição mensal da taxa de câmbio (Em %)	Índice da taxa de câmbio real ** (INPC)	Índice da taxa de câmbio real** (IPA-DI)
1994- Jan	390,83	39,9	95,28	88,04
Fev.	550,79	40,93	95,86	86,71
Mar	768,11	39,46	93,77	84,59
Abr.	1.109,55	44,45	94,9	87,24
Mai	1.585,46	42,89	95,09	90,02
Jun.	2.289,67	44,42	92,97	89,78
Jul.	0,93	11,1	78,18	81,1
Ago.	0,90	-3,03	74,7	75,76
Set	0,86	-3,79	71,07	71,4
Out	0,84	-2,2	67,65	67,99
Nov.	0,84	-0,47	65,51	66,54
Dez	0,85	0,95	65,03	67,25

Fonte: Banco Central

Já no ano de 1995 é possível notar uma baixa significativa da taxa de câmbio, podendo também ser notado que em todos os períodos daquele ano a taxa de câmbio esteve sempre abaixo dos R\$0,98, o que reforça a ideia de que os centavos da moeda brasileira voltaram a ter papel fundamental na economia, o que demonstra a Tabela II.

Tabela II. Evolução da taxa de câmbio do real com o dólar (1995)

Período	Taxa de Câmbio	Variação mensal da taxa de câmbio (Em %)	Índice da taxa de câmbio real ** (INPC)	Índice da taxa de câmbio real** (IPA-DI)
1995- Jan	0,85	-0,35	64,1	66,88
Fev.	0,84	-0,71	63,29	66,46
Mar	0,89	5,72	66,07	69,64
Abr.	0,91	2,14	66,07	70,27
Mai	0,90	-1,21	64,04	71,05
Jun.	0,91	1,9	63,97	71,5
Jul.	0,93	1,64	63,46	71,08
Ago.	0,94	1,4	63,86	70,66
Set	0,95	1,17	64,03	73,39
Out	0,96	0,84	63,84	73,98
Nov.	0,96	0,42	63,15	73,4
Dez	0,97	0,42	62,33	74,36

Fonte: Banco Central

Ao analisar os dados da Tabela II pode-se afirmar que a partir do mês julho de 1994, quando fora instaurado o Real, os centavos voltaram a fazer sentido na economia brasileira, uma vez que no Cruzeiro Real os valores dos centavos praticamente não existiam; evidência das altas inflações. Assim, é possível relacionar tal evidência ao poder de compra dos cidadãos.

Esse acerto feito na taxa de câmbio fez com que fosse possível a retomada do poder de compra com valores mais palpáveis monetariamente falando, uma vez que o salário-mínimo foi fixado em dezenas após a implementação do Real em junho de 1994, muito diferente dos Cr\$ 3.303.300,00 do mesmo mês do ano anterior.

Já imaginou alguém viver com R\$64,79 por mês? Hoje isso é impossível, mas em um mundo em que um litro de leite custava R\$ 0,63 talvez tenha sido um pouco mais fácil.

Era esse o valor do salário-mínimo em 1º de julho de 1994, data da entrada em vigor do Plano Real. E aquele era o preço do litro de leite [7].

Com o salário-mínimo fixado em R\$64,79 o brasileiro por média conseguia atender suas necessidades básicas, não que isso não fosse possível anteriormente, porém era preciso um montante bem maior de cédulas para efetuar as compras e, como dito anteriormente, as moedas praticamente não tinha nenhum valor mercadológico, o que impulsionava a inflação.

A Tabela III mostra o gráfico inflacionário mês a mês e a cada 12 meses, mostrando que a contenção da inflação tem direta relação com o Plano Real.

Tabela III. Inflação no Brasil (1994-1995)

Mês	Inflação	Período de 12 meses	Inflação
dez 1994 - jan. 1995	1,70%	Janeiro 1994 - Janeiro de 1995	631,34 %
jan. 1995 - fev. 1995	1,02%	Fevereiro 1994 - Fevereiro 1995	426,83 %
fev. 1995 - mar 1995	1,55%	Março 1994 - Março 1995	274,78 %
mar 1995 - abr. 1995	2,43%	Abril 1994 - Abril 1995	169,05 %
abr. 1995 - mai 1995	2,67%	Mai 1994 - Maio 1995	91,79%
mai 1995 - jun. 1995	2,26%	Junho 1994 - Junho 1995	33,03%
jun. 1995 - jul. 1995	2,36%	Julho 1994 - Julho 1995	27,45%
jul. 1995- ago. 1995	0,99%	Agosto 1994 - Agosto 1995	26,36%
ago. 1995 - set 1995	0,99%	Setembro 1994 - Setembro 1995	25,69%
set 1995 - out 1995	1,41%	Outubro 1994 - Outubro 1995	24,21%
out 1995 - nov 1995	1,47%	Novembro 1994 - Novembro 1995	22,59%
nov 1995 - dez 1995	1,56%	Dezembro 1994 - Dezembro 1995	22,41%

Fonte: Índice de Preços no Consumidor, 1995.

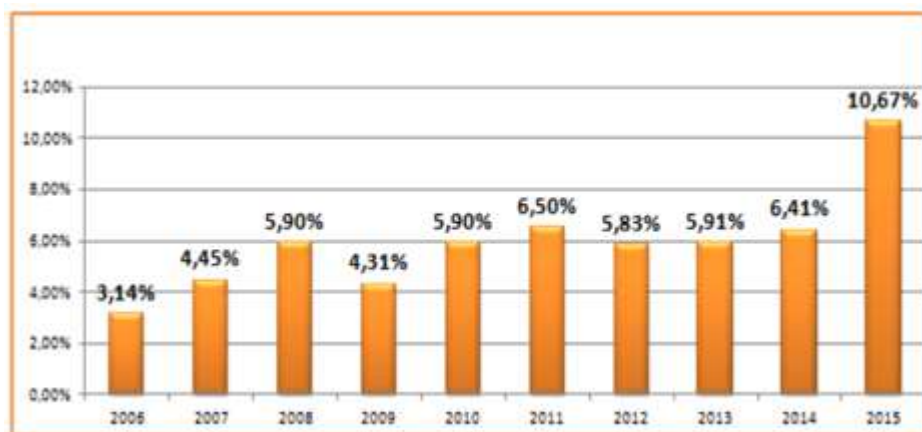
O ano de 1995 fechou com uma queda histórica da inflação e o consumidor tinha real poder de compra nas mãos, o salário-mínimo nominal não era alto, porém os valores de produtos básicos eram ainda menores.

A inflação é um aumento persistente dos preços em geral, de que resulta uma continua perda do poder aquisitivo da moeda [8]; representa por si só o aumento de preços nos produtos em uma determinada região, durante um período. Num processo inflacionário o poder de compra da moeda cai.

Por exemplo, em uma região ou território com inflação de 10% ao mês, um cidadão compra cinco quilos de arroz num mês e paga R\$ 10,00. No mês seguinte, para comprar a mesma quantidade de arroz, ele necessitará de R\$ 11,00. Como o salário deste trabalhador não é reajustado mensalmente, o poder de compra vai diminuindo. Após um ano, o salário deste trabalhador perdeu 120% do valor de compra. A inflação é muito ruim para a economia de um país. Quem geralmente perde mais são os trabalhadores mais pobres que não conseguem investir o dinheiro em aplicações que lhe garantam a correção inflacionária [9].

Conforme pode-se observar no Gráfico 1, em um período de 10 anos a inflação sofreu alterações para mais e para menos, variando dentro do percentual de 3,36%; porém no ano de 2015 esse índice saltou para 10,67, tendo a maior alteração no período.

Gráfico I. Taxa inflacionária anual (2006-2015)



Fonte: IBGE

De toda forma a inflação é considerada muito ruim para a economia de um país, quem geralmente perde mais com isso são os cidadãos mais pobres que não conseguem investir o dinheiro em aplicações que lhe garantam a correção inflacionária.

O salário-mínimo em 2015 era de R\$ 788,00 reais, isso em conjunto com a inflação (segundo o IBGE) de 10,67% no mesmo período. Assim, O ano de 2015 pesou forte no bolso dos consumidores. A inflação do ano ficou em 10,67% - a maior taxa em 13 anos. Alguns itens, como energia elétrica residencial - que ficou 51% mais cara - pesaram muito no orçamento. Mas houve produtos que subiram ainda mais. Entre os pesquisados pelo IBGE, a maior alta do ano foi observada no preço do abacate, que ficou 119% mais caro [10].

No ano de 2015 a moeda permaneceu sendo o Real, e o valor nominal fora muito maior do que os valores nominais em comparação com outros períodos, mas será evidenciado no próximo capítulo se esse valor nominal maior representou aumento no poder de compra das famílias brasileiras que ganharam até um salário-mínimo federal nos anos de 1995 e 2015.

Dados coletados no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) relatam que no ano de 1995 o percentual inflacionário no Brasil estava em 22,41%, o mesmo índice aponta que no ano de 2015 esse percentual atingiu o valor de 10,67. Se somente esse dado fosse analisado, é bem provável que o resultado da comparação entre os períodos seria de que no ano de 2015 houve maior poder de compra em relação ao ano de 1995, porém esse não será o único dado levado em consideração nessa pesquisa

Desde o início de sua vigência, o Plano Real a moeda veio se desvalorizando com o passar dos anos, uma vez que a inflação acumulada no período de quase 20 anos, desde 01 de julho de 1994, quando foi implementado o Real, até 01 de fevereiro, mês da matéria, foi de 347,51%; em outras palavras, ao longo de quase 20 anos do Plano Real, a inflação acumulada desde 01 de julho de 1994 até 01 de fevereiro de 2014, medida pelo IPCA, foi de 347,51%. Assim, um produto que custava R\$1,00 em 1994 custa hoje R\$4,47. O matemático financeiro José Dutra Vieira Sobrinho afirma que, em decorrência desse fato, a cédula de R\$100,00 perdeu 77,65% do seu poder de compra desde o dia em que passou a circular. Com isso, o poder aquisitivo da nota de R\$100,00 é hoje de apenas R\$22,35 [11].

A análise desses dados permite o comparativo real de preços durante os dois períodos aos quais o presente artigo se propõe.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), alguns produtos básicos como o arroz e o feijão, tiveram aumento de preços que foram compensados com o valor do salário-mínimo no ano de 2015 em comparação ao ano de 1995: O quilo de arroz custava R\$0,64 em julho de 1994, em São Paulo. Já o feijão saía por R\$1,11. Hoje, os dois produtos custam R\$2,57 e R\$3,81 respectivamente. Há 20 anos, o salário-mínimo comprava 37 quilos de arroz e de feijão; hoje, compra 133 quilos de cada [12] [13] [14].

Com isso é possível afirmar que, puxados pela inflação, os preços de produtos básicos sofreram aumento entre os períodos, porém os aumentos regulares no salário-mínimo fizeram com que o poder de compra se mantivesse além do aumento cumulativo desses preços no decorrer dos anos de 1995 e 2015.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o objetivo geral do artigo, de estudar e demonstrar se houve alterações no poder de compra de famílias brasileiras que viveram com até um salário-mínimo federal, com foco nos anos 1995 e 2015 em relação à destinação dos valores gastos nos períodos citados, após analisar e realizar as comparações propostas, os objetivos da pesquisa foram atingidos, pois foi possível visualizar os gastos médios das famílias brasileiras em cada um desses anos, ou seja, comparou se em 2015 as pessoas compraram mais itens com um salário-mínimo em relação ao ano de 1995 e por fim, verificou se as políticas de aumentos nos salários-mínimos fizeram o poder de compra aumentar nos anos citados, em suma, entre os anos de 1995 e 2015 foram averiguadas alterações no poder de compra das pessoas que viveram com até um salário mínimo, uma vez que os aumentos federais colocados na prática contiveram os aumentos dos preços entre esse período, e mesmo o salário mínimo de 2015 tendo que dar conta de mais bens de consumo do que o salário mínimo de 1995, ele se sobressaiu. Além disso, a internet, em 2015 já caracterizava, diferente de 1995, novas maneiras de consumir, tanto serviços, a exemplo de conteúdos disponibilizados em plataformas streaming e/ ou produtos comercializados por e-commerce.

REFERÊNCIAS

COSTA, Marcos. A história do Brasil para quem tem pressa. 1ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Valentina, p.84-123, 2016.

VILLA, Marco Antonio. Collor Presidente. 1ª Edição, Rio de Janeiro – São Paulo: Editoria Record, p. 22-88, 2016.

Plano Collor. Gazeta Mercantil – Caderno de Notícias, São Paulo, p.2, 16 mar. 1990.

LEITÃO, Miriam. Saga brasileira: A longa luta de um povo por sua moeda. 2ª Edição, Rio de Janeiro - São Paulo: Editora Record, p.42-79, 2011.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A economia e a política do Plano Real, Revista de Economia Política, vol. 14, nº 4 (56), outubro-dezembro, 1994.

IPEA. O Plano Real e Outras Experiências Internacionais de Estabilização, p. 177, 1997.

NEVES, José Roberto Castro; ALQUÉRES, José Luiz (orgs.). O impeachment: Ricardo II e Dilma Rousseff. Em: O mundo é um palco – Shakespeare 400 anos: um olhar brasileiro. Rio de Janeiro, 2016.

SARMENTO, R. Paulo: Inflação. Economia UNAMA, Amazônia, p. 2, 2012.

RODRIGUES, Agnes Agnes Paiva; PEREIRA, Karolliny dos Anjos: Impactos da inflação sobre o poder de compra das famílias brasileiras. Dissertação (Mestrado) Faculdades Metropolitanas Unidas - Economia, 2018.

IBGE, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/preços-e-custos-/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>>. Acesso em 18 mar. 2021.

UOL, Em 21 anos, real perde poder de compra, e nota de R\$100 vale R\$19,90. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/financas-pessoais/noticias/redação/2014/02/18/apos-20-anos-real-perde-poder-de-compra-e-nota-de-r-100-vale-so-r-22,5.amp.htm>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

DIEESE, Comparação das estruturas orçamentárias nas últimas décadas. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/metodologia/pof3.xml>>. Acesso em: 01 out. 2020.

DIEESE, Comércio em 2015 Um balanço dos principais indicadores. Disponível em:<<https://www.dieese.org.br/boletimindicadoresdocomercio/2015/boletimIndicadoresComercio08.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2020.

BACHA, Edmar L. O Plano Real e outras experiências internacionais de estabilização, 1997.